

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.775.391 - RJ (2018/0277943-3)**

**RELATORA : MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES**  
**RECORRENTE : BANCO SAFRA S A**  
**ADVOGADO : FABIO OLIVEIRA DUTRA - RJ183577**  
**RECORRIDO : GUSTAVO FERREIRA DE FREITAS**  
**ADVOGADO : KARINA VIANNA DO SACRAMENTO TERRA - RJ184759**  
**INTERES. : BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**  
**INTERES. : BANRISUL S/A ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS**  
**INTERES. : BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A**  
**INTERES. : BANCO PAN S.A.**

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial, interposto por BANCO SAFRA S A, fundamentado nas alíneas **a** e **c** do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. RELAÇÃO DE CONSUMO. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS. LIMITAÇÃO DOS DESCONTOS EM CONTRACHEQUE NO PATAMAR DE 30% DOS VENCIMENTOS DO CONSUMIDOR. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. IRRESIGNAÇÃO DO BANCO. MANUTENÇÃO DO JULGADO.

Descontos relativos a mútuo bancário que não podem ultrapassar o percentual de 30% (trinta por cento) da renda do devedor, mesmo sendo este militar. Súmulas 200 e 295, deste Tribunal.

Prevalência dos preceitos constitucionais do mínimo existencial, da dignidade da pessoa, da isonomia e da natureza da verba alimentar da remuneração do devedor. Descontos realizados acima da margem consignável. Determinação de ofício para a fonte pagadora. Honorários advocatícios arbitrados em 15% (quinze por cento) sobre o valor da causa.

DESPROVIMENTO DO RECURSO" (fl. 615e).

Ainda inconformada, aponta a parte recorrente, além de divergência jurisprudencial, violação ao art. 14, § 3º, da Medida Provisória 2.215-10/2011, 422 do Código Civil e 1º, 2º, 3º e 5º da Lei 10.820/2003, sustentando o seguinte:

"III - DAS RAZÕES DO PEDIDO DE REFORMA DA DECISÃO RECORRIDA

III.A) A NATUREZA DOS CONTRATOS DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO E A VERDADE DOS FATOS

Data Vênia, cumpre esclarecer a natureza dos contratos de

empréstimo consignado.

O empréstimo consignado é modalidade creditícia cujo pagamento se dá por dedução direta na folha de pagamento dos servidores, realizada pelo empregador, referentes às prestações decorrentes de operações de empréstimo, financiamento e de arrendamento mercantil.

Estes empréstimos são caracterizados, dentre outros fatores, por possuírem juros mais baixos, tendo em vista a baixa probabilidade de seu inadimplemento, haja vista que o repasse do desconto é feito pelo empregador, através de convênio entre a Instituição Financeira e o próprio empregador.

A Lei nº 10.820, regulamentada pelo Decreto nº 4.840, ambos de 2003, disciplina a concessão de empréstimos consignados a pensionistas do INSS e a empregados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

A Lei nº 8.112, de 1990, em específico o parágrafo único do art. 45, regulamentado pelo Decreto nº 6.386, de 2008, disciplina o crédito a servidores públicos federais e a Instrução Normativa INSS/DC 121, de 2005, disciplina a concessão de crédito a aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social.

Assim, de acordo com a Lei de regência, em seu art. 1º 'Os empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, poderão autorizar, de forma irrevogável e irretratável, o desconto em folha de pagamento dos valores referentes ao pagamento de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil concedidos por instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil, quando previsto nos respectivos contratos'.

Como bem restou no v. Acórdão, o Recorrente não tem como cumprir a decisão na forma como prolatada, somente com a intimação do empregador do Recorrido, para que ele efetue tais adequações relativos ao descontos ao efetivo cumprimento do v. Acórdão, expedindo-se ofício ao órgão pagador do Recorrido.

Afinal é o empregador quem faz os descontos.

De todo modo é bom que se diga que de acordo com a Lei de regência, em seu art. 1º 'Os empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, poderão autorizar, de forma irrevogável e irretratável, o desconto em folha de pagamento dos valores referentes ao pagamento de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil concedidos por instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil, quando previsto nos respectivos contratos'.

No §2º do art. 2º consta que 'No momento da contratação da operação, a autorização para a efetivação dos descontos permitidos

nesta Lei observará, para cada mutuário, os seguintes limites: I - a soma dos descontos referidos no art. 1º desta Lei não poderá exceder a trinta por cento da remuneração disponível, conforme definida em regulamento; e II - o total das consignações voluntárias, incluindo as referidas no art. 1º, não poderá exceder a quarenta por cento da remuneração disponível, conforme definida em regulamento.'

O art. 3º da Lei 10.820/03 dispõe que 'Para os fins desta Lei, são obrigações do empregador: I - prestar ao empregado e à instituição consignatária, mediante solicitação formal do primeiro, as informações necessárias para a contratação da operação de crédito ou arrendamento mercantil; ... III - efetuar os descontos autorizados pelo empregado em folha de pagamento e repassar o valor à instituição consignatária na forma e no prazo previstos em regulamento. (...)'

As retenções e repasses são prestados pelo empregador ou pelo INSS, nos termos do art. 5º da Lei 10.820/2003 que diz:

'O empregador será o responsável pelas informações prestadas, pela retenção dos valores devidos e PELO REPASSE ÀS INSTITUIÇÕES CONSIGNATÁRIAS, o qual deverá ser realizado até o quinto dia útil após a data de pagamento, ao mutuário, de sua remuneração mensal. § 1º O empregador, salvo disposição contratual em sentido contrário, não será corresponsável pelo pagamento dos empréstimos, financiamentos e arrendamentos concedidos aos mutuários, mas responderá sempre, como devedor principal e solidário, perante a instituição consignatária, por valores a ela devidos, em razão de contratações por ele confirmadas na forma desta Lei e seu regulamento, que deixarem, por sua falha ou culpa, de serem retidos ou repassados'.

(...)

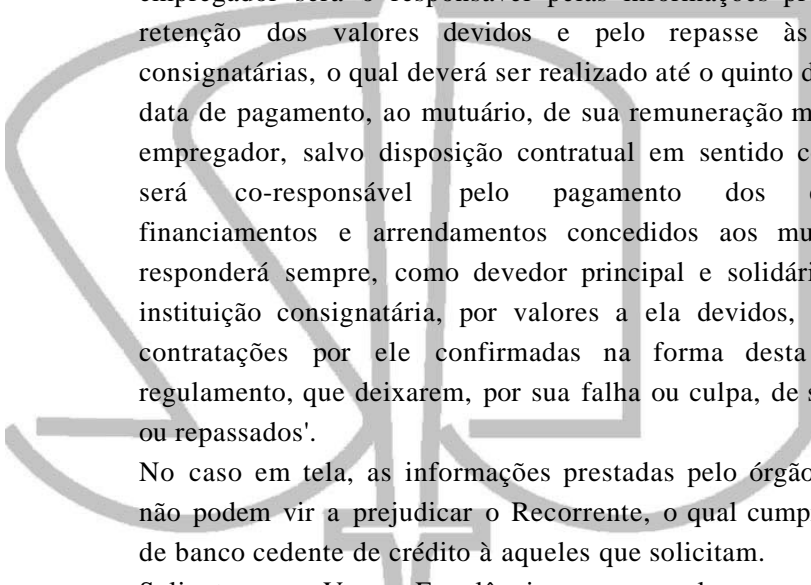
### III.B) COMPROVAÇÃO PELA APELANTE DE PODER DE PAGAMENTO NA CELEBRAÇÃO DOS CONTRATOS E COMPROMETIMENTO MENOR QUE 30%

O v. acórdão não pode e não deve subsistir.

No momento da contratação, o Recorrido comprovou que percebia salário o bastante, autorizando a serem descontados tais valores. A documentação juntada pelo próprio Apelante, bem como o contrato celebrado, confirma a autorização da consignação nos patamares mencionados.

Com base nos valores informados, mesmo que houvesse descontos relativos à Previdência, Imposto de Renda e assistência médica e de saúde, como sendo obrigatórios, haveria ainda um patamar para o

desconto no valor das prestações contratadas.

Vejam Excelências que, antes mesmo da contratação, a Instituição Financeira pede ao contratante que providencie junto ao empregador um pedido de consignação em folha no qual o Apelante pede ao empregador que autorize a necessária averbação do desconto nas condições pré-entabuladas, na forma do art. 3º da Lei 10.820/03 que diz: 'Para os fins desta Lei, são obrigações do empregador: I - prestar ao empregado e à instituição consignatária, mediante solicitação formal do primeiro, as informações necessárias para a contratação da operação de crédito ou arrendamento mercantil; (...)'.  


A declaração da coordenadoria de pagamentos pode, inclusive, responsabilizar o Governo, como empregador, pela declaração prestada, nos termos do art. 5º da Lei 10.820/2003 que diz 'O empregador será o responsável pelas informações prestadas, pela retenção dos valores devidos e pelo repasse às instituições consignatárias, o qual deverá ser realizado até o quinto dia útil após a data de pagamento, ao mutuário, de sua remuneração mensal. § 1º O empregador, salvo disposição contratual em sentido contrário, não será co-responsável pelo pagamento dos empréstimos, financiamentos e arrendamentos concedidos aos mutuários, mas responderá sempre, como devedor principal e solidário, perante a instituição consignatária, por valores a ela devidos, em razão de contratações por ele confirmadas na forma desta Lei e seu regulamento, que deixarem, por sua falha ou culpa, de serem retidos ou repassados'.

No caso em tela, as informações prestadas pelo órgão empregador não podem vir a prejudicar o Recorrente, o qual cumpriu seu papel de banco cedente de crédito à aqueles que solicitam.

Saliente-se a Vossa Excelência que os valores emprestados ao Recorrido, foram devidamente retirados do caixa da Instituição e repassados ao mesmo, através de crédito em conta corrente.

Como se vê, não pode prevalecer a r. sentença prolatada, não havendo que se falar em limitação do desconto da Instituição, mesmo porque, os descontos relativos ao Banco Safra S.A., não chegam a significar o limite de 30% do salário do Apelante, o que faz concluir que no momento da sua contratação não havia sido utilizado ainda 30% do rendimento do Recorrido com empréstimos, respeitando assim a lei vigente.

### III. C) LEGALIDADE DOS CONTRATOS FIRMADOS. ATO JURÍDICO PERFEITO E NÃO CONTRÁRIO À LEI 10820/2003

Os contratos *sub judice* somente se completaram a partir do momento em que o Recorrido manifestou a sua aceitação às propostas realizadas. Note-se que a aceitação da proposta também

tem natureza de declaração unilateral de vontade, na medida em que é o ato que completa o consenso e aperfeiçoa o contrato.

Isto posto, e à luz do preceito da boa-fé contratual consagrado no art. 422 do Código Civil, o conteúdo das declarações de vontade das partes, convergiu na celebração do contrato em análise.

Da parte do Recorrido, contudo, parece inegável que aderiu ao contrato atraído pelo crédito concedido ao qual estaria submetida no decorrer do prazo do contrato.

Vale dizer que, ao emitir a sua declaração de vontade (aceitação), o Recorrido concordou expressamente na definição dos valores efetivamente concedidos, como também no risco emanado através da forma da sua restituição.

Em suma, por ocasião da contratação, a vontade das partes convergiu exatamente em relação àquele preço determinado, não havendo que se falar em eventual ilegalidade na cobrança dos valores perpetrada pela Instituição Financeira, por tê-lo supostamente calculado sem observar os demais empréstimos realizados pelo Recorrido.

De tudo o que se disse, fica fácil concluir que, acaso o Recorrido não concordasse com os parâmetros do contrato e sobretudo dos descontos em folha de pagamento que estavam sendo entabulados, caberia desde logo rejeitar a proposta da instituição financeira, evitando assim, a formação do vínculo obrigacional.

Afinal, 'a má gestão dos ganhos' do Recorrido, chancelada pela coordenadoria de pagamentos do seu empregador, não pode prejudicar o contrato firmado lícita e livremente, haja vista tratar-se de ato jurídico perfeito.

O legislador, já prevendo a grande quantidade de mutuários que não sabe gerir seus ganhos e gastos e antevendo pedidos judiciais para abstenção de pagamento dos empréstimos, o que levaria as Instituições Financeiras à bancarrota, determinou, no art. 1º da Lei de regência dos empréstimos consignados que pode o empregado regido pela CLT autorizar o empréstimo, DE FORMA IRREVOGÁVEL E IRRETRATÁVEL, com desconto em folha de pagamento.

O art. 1º da Lei 10.820/2003, veio assim lavrado 'Os empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, poderão autorizar, de forma irrevogável e irretratável, o desconto em folha de pagamento dos valores referentes ao pagamento de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil concedidos por instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil, quando previsto nos respectivos contratos'.

Como se vê, não há que se falar diminuição do valor da parcela a ser descontada em folha de pagamento do Recorrido pela Instituição.

Desta forma, deve-se reformar o v. acórdão, uma vez que no

momento da contratação não havia sido utilizado ainda 30% da sua renda, não havendo que se falar em redução do valor da prestação pactuada.

III. D) DO DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL E DA MEDIDA PROVISÓRIA 2.215-10/2001, ART. 14 - AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTOS SUPERIORES

A 30% A Medida Provisória 2.215-10/2001 dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nºs 3.765, de 4 de maio de 1960, e 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências.

Em seu capítulo IV, trata dos descontos realizados sobre a folha de pagamentos dos militares, sendo que o artigo 14 é bastante claro, em seu parágrafo 3º, ao afirmar que Na aplicação dos descontos, o militar não pode receber quantia inferior a trinta por cento da sua remuneração ou proventos.

'Art. 14. Descontos são os abatimentos que podem sofrer a remuneração ou os proventos do militar para cumprimento de obrigações assumidas ou impostas em virtude de disposição de lei ou de regulamento.

§ 1º Os descontos podem ser obrigatórios ou autorizados.

§ 2º Os descontos obrigatórios têm prioridade sobre os autorizados.

§ 3º Na aplicação dos descontos, o militar não pode receber quantia inferior a trinta por cento da sua remuneração ou proventos'.

Sendo assim, a Medida Provisória autoriza descontos de até 70% sobre os vencimentos dos Militares, uma vez que ainda sobriariam 30% da sua remuneração" (fls. 637/647e).

Requer, ao final, o conhecimento e provimento do recurso.

Com contrarrazões (fls. 849/859e), o Recurso Especial foi admitido, na origem (fls. 862/865e).

**A irresignação merece acolhimento.**

Com efeito, verifica-se que o acórdão recorrido dissentiu da jurisprudência desta Corte, no sentido de que **"o desconto em folha do militar possui regulamentação própria, Medida Provisória 2.215-10/2001. Nesse sentido, é possível ao servidor militar comprometer contratualmente até 70% de sua remuneração mensal desde que nesse percentual estejam incluídos necessariamente os descontos obrigatórios, observando que este não pode receber mensalmente valor inferior a 30% da remuneração. Agravo regimental improvido"** (STJ, AgRg no AREsp 713.892/RJ, Rel.

Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 20/10/2015).

De igual teor, ainda, os seguintes precedentes desta Corte:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. MILITAR DAS FORÇAS ARMADAS. **LIMITAÇÃO DO PERCENTUAL MÁXIMO DE DESCONTO A TÍTULO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO**. VIOLAÇÃO DO ART. 535, II, DO CPC NÃO CONFIGURADA. INCIDÊNCIA DO ART. 14, § 3º, DA MEDIDA PROVISÓRIA 2.215-10/2001.

1. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC.

2. **Cinge-se a controvérsia dos autos ao debate acerca do percentual máximo de desconto a título de empréstimo consignado em folha de pagamento para os militares das Forças Armadas.**

3. **A Medida Provisória 2.215-10/2001 traz norma específica acerca do limite máximo para o descontos sobre a remuneração dos militares das Forças Armadas, ao dispor em seu art. 14, § 3º, que, após a dedução dos descontos obrigatórios ou autorizados para cumprimento de obrigações assumidas ou impostas por lei ou regulamento, o militar não pode receber quantia inferior a 30% (trinta por cento) de sua remuneração ou proventos.**

4. **"Não restam dúvidas de que a Medida Provisória 2.215-10/2001 autoriza que o somatório dos descontos obrigatórios e autorizados a serem feitos na remuneração ou proventos dos militares das Forças Armadas alcance o limite máximo de 70% (setenta por cento) da sua remuneração bruta, assegurando ao militar o direito a receber mensalmente no mínimo 30% de sua remuneração ou proventos brutos. Ou seja, a margem para empréstimo consignado dos militares das Forças Armadas é superior àquela praticada para os demais servidores e o público em geral, podendo alcançar até mesmo a ordem de 70% dos seus vencimentos mensais, sempre observando que o somatório dos descontos obrigatórios e autorizados não ultrapasse o referido percentual. Não compete ao Poder Judiciário alterar esse quantum com base nos princípios da proporcionalidade ou razoabilidade, sob pena de incorrer em flagrante interpretação contra legem, a violar o princípio constitucional da legalidade e a invadir a esfera de competência do Poder Legislativo"** (REsp 1.521.393/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 12/5/2015).

5. **Recurso Especial parcialmente provido"** (STJ, REsp 1.597.055/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 24/04/2017).

"PROCESSO CIVIL. CPC/15. AGRAVO INTERNO NO

RECURSO ESPECIAL. ALEGATIVA DE VÍCIO DE FUNDAMENTAÇÃO NO ACÓRDÃO PROFERIDO NA ORIGEM PELA PARTE RECORRIDA. DESCABIMENTO. MATÉRIA PRECLUSA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. NÃO CONHECIMENTO.

1. No agravo interno manejado pela parte que não interpôs recurso especial, é descabida a alegativa de que o Tribunal a quo afrontou o disposto nos arts. 165, 458, II, e 535, II, do CPC/73, tendo em vista a ocorrência da preclusão.

2. **A decisão agravada deu provimento ao apelo especial com base na jurisprudência do STJ aplicável ao caso, no sentido de que o desconto em folha do militar possui regulamentação específica na Medida Provisória 2.215-10/2001, sendo possível o comprometimento de até 70% de sua remuneração mensal, incluindo-se os descontos obrigatórios, de modo que o servidor militar receba mensalmente, ao menos, 30% da remuneração.** Vejam-se: AgRg no REsp 1.530.406/RJ, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 17/3/2016; AgRg no AREsp 713.892/RJ, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 20/10/2015.

3. Essa fundamentação, contudo, não foi especificamente infirmada no agravo interno, o que atrai a incidência do art. 1.021, § 1º, do CPC/15, cumulada com a orientação constante da Súmula 182/STJ.

4. Agravo interno não conhecido" (STJ, AgInt no REsp 1.542.299/RS, Rel. Ministra DIVA MALERBI (Desembargadora Convocada TRF/3ª Região), SEGUNDA TURMA, DJe de 13/06/2016).

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. MILITAR DAS FORÇAS ARMADAS. **LIMITAÇÃO DO PERCENTUAL MÁXIMO DE DESCONTO A TÍTULO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO.** VIOLAÇÃO DOS ARTS. 165, 458 E 535 DO CPC. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. PERCENTUAL MÁXIMO. INAPLICABILIDADE DAS DISPOSIÇÕES DA LEI 10.820/2003 E DO DECRETO 6.386/2008. INCIDÊNCIA DO ART. 14, § 3º, DA MEDIDA PROVISÓRIA 2.215-10/2001. SÚMULA 83 DO STJ.

1. Não se conhece do Recurso Especial em relação à ofensa ao art. 535 do CPC quando a parte não aponta, de forma clara, o vício em que teria incorrido o acórdão impugnado. Aplicação, por analogia, da Súmula 284/STF.

2. **O STJ possui entendimento de que a margem para empréstimo consignado dos militares das Forças Armadas é**



superior àquela prática para os demais servidores e o público em geral, podendo alcançar até mesmo a ordem de 70% dos seus vencimentos mensais, sempre observando que o somatório dos descontos obrigatórios e autorizados não ultrapasse o referido percentual. Precedentes.

3. Recurso Especial não provido" (STJ, REsp 1.532.001/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 05/08/2015).

"ADMINISTRATIVO E CONSUMIDOR. RECURSO ESPECIAL. MILITAR DAS FORÇAS ARMADAS. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. LIMITAÇÃO DO PERCENTUAL MÁXIMO DE DESCONTO A TÍTULO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. VIOLAÇÃO DO ART. 535, II, DO CPC. INDICAÇÃO GENÉRICA. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. PERCENTUAL MÁXIMO. INAPLICABILIDADE DAS DISPOSIÇÕES DA LEI 10.820/2003 E DO DECRETO 6.386/2008. INCIDÊNCIA DO ART. 14, § 3º, DA MEDIDA PROVISÓRIA 2.215-10/2001. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Não se conhece da apontada violação ao art. 535, II, do CPC, quando o recorrente deixa de discriminar os pontos efetivamente omitidos, contraditórios ou obscuros, limitando-se a fundamentar a pretensa ofensa de forma genérica. Incidência da Súmula 284/STF.

2. **Cinge-se a controvérsia jurídica posta em debate acerca do percentual máximo de desconto a título de empréstimo consignado em folha de pagamento para os militares das Forças Armadas.**

3. É de consumo a relação jurídica travada entre o militar, contratante do empréstimo consignado, e as instituições financeiras, contratadas, a ensejar a incidência das regras protetivas do Código de Defesa do Consumidor, a teor do Enunciado da Súmula 297/STJ, segundo a qual "o Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras".

4. **É firme o entendimento no âmbito do STJ no sentido de que frente à natureza alimentar do salário e do princípio da razoabilidade, os empréstimos com desconto em folha de pagamento devem limitar-se a 30% (trinta por cento) dos vencimentos do trabalhador. Interpretação das disposições da Lei 10.820/2003 e do Decreto 6.386/2008, que regulamentou o art. 45 da Lei 8.112/1990.**

5. **Tais normas não se aplicam aos Militares das Forças Armadas, os quais possuem regramento próprio na Medida Provisória 2.215-10/2001, que, mesmo tratando-se de norma anterior, é norma especial em relação aos militares.**

6. A Medida Provisória 2.215-10/2001 traz norma específica acerca do limite máximo para o descontos sobre a remuneração dos militares das Forças Armadas, ao dispor em seu art. 14, § 3º, que, após a dedução dos descontos obrigatórios ou autorizados para cumprimento de obrigações assumidas ou impostas por lei ou regulamento, o militar não pode receber quantia inferior a 30% (trinta por cento) de sua remuneração ou proventos.

7. Desta forma, não restam dúvidas de que a Medida Provisória 2.215-10/2001 autoriza que o somatório dos descontos obrigatórios e autorizados a serem feitos na remuneração ou proventos dos militares das Forças Armadas alcance o limite máximo de 70% (setenta por cento) da sua remuneração bruta, assegurando ao militar o direito a receber mensalmente no mínimo 30% de sua remuneração ou proventos brutos. Ou seja, a margem para empréstimo consignado dos militares das Forças Armadas é superior àquela praticada para os demais servidores e o público em geral, podendo alcançar até mesmo a ordem de 70% dos seus vencimentos mensais, sempre observando que o somatório dos descontos obrigatórios e autorizados não ultrapasse o referido percentual.

8. Não compete ao Poder Judiciário alterar esse quantum com base nos princípios da proporcionalidade ou razoabilidade, sob pena de incorrer em flagrante interpretação contra legem, a violar o princípio constitucional da legalidade e a invadir a esfera de competência do Poder Legislativo. Precedentes.

9. Não há que se falar em prestação desproporcional a autorizar a modificação ou revisão das cláusulas contratuais, como assegura o art. 6º, V, do Código de Defesa do Consumidor, isto porque foi o próprio legislador ordinário que assegurou percentual diverso de desconto máximo a incidir sobre os vencimentos dos militares, sendo legítimo o desconto superior a 30% incidente sobre os vencimentos dos militares das Forças Armadas a título de empréstimo consignado, desde que observado que o somatório dos descontos facultativos e obrigatórios não exceda a 70% (setenta por cento) dos vencimentos do militar.

10. A Segunda Turma do STJ já decidiu no julgamento do REsp 1.113.576/RJ, da relatoria da Min. Eliana Calmon, que "cabe ao órgão responsável pelo pagamento dos proventos dos pensionistas de militares fiscalizar os descontos em folha, como a cobrança de parcela de empréstimo bancário contraído, a fim de que o militar não venha receber quantia inferior ao percentual de 30% (trinta por cento) de sua remuneração ou proventos, conforme prevê a legislação em vigor (MP 2.215-10-2001)" (julgado em 27/10/2009, DJe 23/11/2009).

11. Fixadas as balizas acerca da interpretação do art. 14, § 3º da

Medida Provisória 2.215-10/2001 e tendo em vista não competir ao essa Corte Superior o reexame do conjunto fático-probatório, a fim de verificar se o somatório dos descontos obrigatórios e facultativos incidentes sobre os vencimentos do recorrido superam ou não o percentual máximo de 70%, diante do óbice na Súmula 7/STJ, impõe-se o retorno dos autos à origem para que, com base na prova produzida, proceda ao reexame da controvérsia e fixe a verba honorária.

12. Recurso especial parcialmente provido" (STJ, REsp 1.521.393/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 12/05/2015).

Em face do exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou provimento ao Recurso Especial para julgar improcedente o pedido inicial, nos termos da fundamentação supra.

Condeno a parte autora, ora recorrida, em honorários advocatícios, em favor do advogado do recorrente, no percentual mínimo estipulado no art. 85, § 3º, I a V, do CPC/2015. Custas **ex lege**.

Brasília (DF), 04 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES  
Relatora